

Cadernos CEDES

versão impressa ISSN 0101-3262 versão On-line ISSN 1678-7110

Cad. CEDES v.19 n.46 Campinas Set. 1998

<http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32621998000300005>

Surdez, linguagem e cultura¹

José Geraldo Silveira Bueno*

RESUMO: Este trabalho procura analisar criticamente a relação entre a surdez, a linguagem e a cultura, a partir de três referenciais teóricos básicos: a história, a abordagem multiculturalista e a relação normalidade-patologia, no sentido de questionar a integração social do indivíduo surdo, buscando superar a visão dicotômica e a-histórica que centra toda sua análise na divisão do meio social entre "sociedade ouvinte" e "comunidade surda".

Palavras-chave: surdez, educação especial, integração social do surdo

Nada pior do que o silêncio. Enquanto só o silêncio me responde, minha ficção continua a ser ficção. É melhor para um cientista ter interessado e ter sido "refutado" (...) Ao menos a ficção foi considerada como um possível válido esua refutação faz parte da história das ciências.

Isabelle Stengers

Serviços Personalizados

Journal

-  SciELO Analytics
-  Google Scholar H5M5 (2016)

Artigo

-  Artigo em XML
-  Referências do artigo
-  Como citar este artigo
-  SciELO Analytics
-  Curriculum ScienTI
-  Tradução automática

Indicadores

Links relacionados

Compartilhar

Mais 

Mais

 Permalink

Nos últimos anos, tem ressurgido a polêmica entre os defensores do oralismo e da linguagem gestual e, ao contrário do passado, a linguagem oral e seus adeptos agora se transformam nos grandes vilões na educação dos surdos.

Se, no passado, os gestos foram considerados os grandes responsáveis pelas dificuldades de integração do indivíduo surdo no meio social geral, agora, a perspectiva de trabalho que enfatiza o acesso à linguagem oral é considerada como um ato de dominação da maioria (a "sociedade ouvinte") sobre uma minoria (a "comunidade dos surdos").

Este artigo pretende colocar para crivo crítico três perspectivas que apontam a língua de sinais como a saída democrática em relação a essa comunidade, a fim de indicar, como nos aponta Popkewitz (1994, p. 56), "(...) pontos débeis nos `regimes de verdade', identificando, portanto, lugares potenciais de transformação".

São elas, a perspectiva multicultural da cultura surda, a visão histórica da situação social do indivíduo surdo e a relação surdez-normalidade.

A cultura surda dentro de uma perspectiva multicultural

Apoiados no conceito de multiculturalismo, que entende a cultura não restrita à etnia, à nação ou à nacionalidade,

mas como um lugar de direitos coletivos para a determinação própria de grupos, trabalhos como o de Moura (1996) têm defendido a existência de uma cultura surda, consubstanciada por comportamentos, valores, atitudes, estilos cognitivos e práticas sociais diferentes da cultura ouvinte:

Apoiada nesta noção de multiculturalismo crítico é que vejo a possibilidade de afirmação da cultura dos Surdos, que deve ser vista não como uma diversidade a ser defendida e mantida fora do contexto social mais amplo, mas que deve ser entendida como existente e necessária de ser respeitada. A forma especial de o Surdo ver, perceber, estabelecer relações e valores deve ser usada na educação dos Surdos, integrada na sua educação em conjunto com os valores culturais da sociedade ouvinte, que em seu todo vão formar sua sociedade. (Moura 1996, p. 116)

Nessa ótica, fica estabelecida a distinção entre uma "cultura minoritária", a dos surdos, e uma "cultura majoritária", a dos ouvintes, ou seja, a grande distinção entre as culturas envolvendo indivíduos ouvintes e surdos reside na existência de "uma cultura ouvinte" de um lado, e de "uma cultura surda" de outro.

Cabe verificar, em primeiro lugar, como os teóricos do multiculturalismo apresentam a questão das diferenças culturais e como essas referências são apropriadas pelos defensores de uma "cultura surda".

Uma das grandes virtudes dos chamados multiculturalistas foi o fato de se contraporem a uma **visão positivizada** de cultura, em que as **diferenças não eram levadas em consideração**. Assim, Moura (1996 p. 116), apoiada em Mc Laren, aponta que, para o multiculturalismo crítico, as "(...) representações de raça, classe e gênero são compreendidas como resultados de lutas sociais contra sinais e significados e que esta abordagem teórica, por sua vez, enfatiza a tarefa central de transformar as relações sociais, culturais e institucionais nas quais os significados são gerados".

Quando Mc Laren aponta a raça, a classe e o gênero como determinações fundamentais para as representações, não está se referindo a uma "cultura ouvinte homogênea", mas, exatamente o contrário, aponta para a diversidade cultural numa "pseudocultura homogênea", determinada pelas diferenças de raça, classe e gênero. Para ele, o fato de nos referirmos a ela como *uma cultura* reflete a dominação de determinados grupos sobre outros (de uma classe sobre outra, do homem sobre a mulher, do branco sobre o negro etc.).

Na medida em que os teóricos da surdez se apropriam dessa concepção, transformam essa diversidade cultural em homogeneidade cultural (cultura ouvinte), reduzindo — e muito, a meu ver — a riqueza teórica dessa abordagem. O mundo passa a ser dividido entre "cultura ouvinte" (dominadora) e "cultura surda" (dominada). O que identifica o segundo grupo é a surdez, independentemente de raça, classe ou gênero.

O surdo (abstrato, já que na realidade concreta não se encontra esse surdo) passa a ter como única característica determinante de sua identidade a surdez. Não conta o fato de ser branco ou negro, rico ou pobre, homem ou mulher. Essa divisão não serve.

Qual a grande conseqüência dessa visão? A de eliminar da discussão sobre as condições sociais da surdez, as determinações de raça, classe e gênero, isto é, de considerar (contraditoriamente às concepções do multiculturalismo) que essas determinações não são significativas no caso da surdez. Pois, se fossem, deveriam fazer parte integrante de nossas análises sobre a "comunidade de surdos" e sobre os "indivíduos surdos".

Em síntese, será que a surdez é suficiente para identificarmos dois sujeitos como *uma mulher, negra, pobre, latino-americana, vivendo em pequena localidade rural e surda* e *um homem, branco, rico, europeu, vivendo em metrópole e surdo*? Que a surdez é um traço de identificação entre eles não se nega. Mas isso é suficiente para considerá-los como "pares" ou como "iguais"? Eles fazem parte de uma mesma comunidade só pelo fato de serem surdos?

Da forma como a existência de grupos de surdos é tratada, fica-se sem saída. Se consideramos que a surdez é o único fator para a existência de uma "comunidade surda", deveremos negar a importância das determinações de raça, classe e gênero que, se servem para o restante da humanidade, não se encaixam no caso dos surdos. Se, entretanto, entendermos que essas determinações de raça, classe e gênero são importantes para a análise das culturas, como tratar o "surdo" e a "comunidade surda" sem levá-las em consideração?

Essa concepção, que deturpa e reduz sua origem teórica (o multiculturalismo), na verdade tem como conseqüência mais nefasta, a meu ver, o encobrimento daquilo que é a riqueza da abordagem: a busca do entendimento da diversidade na pseudo-homogeneidade aparente.

Essas abordagens pecam, também, por se utilizarem do termo *comunidade*, sem se preocupar com uma maior precisão conceitual. Nesse sentido, a *comunidade dos surdos* é entendida, por esses autores, como o "lugar onde os Surdos se encontram, onde o Surdo se sente entre iguais, seja na escola residencial, clubes de Surdos, eventos esportivos de Surdos, festas de Surdos, etc". Procuram não utilizar o termo comunidade surda, por entenderem

que existem situações em que os membros da Comunidade de Surdos não são Surdos, mas se identificam com os problemas da surdez (parentes, profissionais) ou fazem parte de uma família Surda (filhos ouvintes de pais Surdos), ou ainda Surdos que vêm de outros lugares e que ainda não

aprenderam toda a escala de habilidades requeridas para aquela comunidade. (...) Existe a questão também daqueles surdos que não pertenciam à Comunidade de Surdos e que se juntam a ela mais tarde na vida.

Enfim, "ser membro da Comunidade de Surdos significa identificação com os Surdos, ter compartilhado experiências de ser Surdo e participar das atividades da comunidade" (Moura 1996, pp. 123-124).

Já na década de 1970, Pereira nos mostrava o quão difícil é conceituarmos comunidade, apontando pelo menos duas possibilidades: a de autores, como ele naquela obra, que utilizam o termo como "agrupamentos dotados de graus variáveis de solidariedade baseada na localidade comum de residência e de atendimento de números variáveis de interesses" e os que entendem o conceito historicamente, em que o conceito de *comunidade* "contrasta com o de sociedade" (Pereira 1976, p. 11).

Isto é, uma coisa é considerar a comunidade como a manifestação concreta de agrupamentos, tal como nos apresenta Pereira. Para esse autor, comunidade é utilizada no sentido de

um agregado humano com residência estável numa certa área geográfica, na qual se concentra ponderável variedade de instituições e associações, capazes de satisfazer aos diversos interesses fundamentais e comuns desse agregado. Essas instituições e associações, desde que localizadas na área de residência, operam como forças centrípetas e atuam, em conjunto, como foco de vida comunitária nesta área. (Pereira 1976, p. 21)

Outra, muito diferente, é utilizar esse conceito do ponto de vista histórico, em que comunidade se contrapõe à sociedade, já que os interesses comuns pautados nas relações de parentesco e de proximidade geográfica, típicas das comunidades primitivas, entram em conflito com interesses antagônicos produzidos pelas complexas relações historicamente construídas pela moderna sociedade industrial:

A comunidade é a "vida real orgânica", que se funda sobre a descendência do sangue (parentesco), do solo (o lar e a aldeia) e sobre os bens possuídos e desfrutados em comum. Na sociedade, ao contrário, os homens são "essencialmente separados" pela propriedade privada; e as relações sociais se desenvolvem sob a troca, o contrato privado, o conflito entre as classes, a indústria, o capital. (Canevacci 1981, p. 89)

Os autores que procuram analisar a relação indivíduo surdo-comunidade-sociedade parecem pouco se preocupar com distinções teóricas tão importantes. Assim, ora o conceito *comunidade* se refere à existência concreta de grupos de surdos com interesses comuns, ora serve para designar todo o conjunto de surdos (não se sabe se de uma cidade, de um país ou do planeta), ora se confundindo com o conceito de sociedade.

Assim é que, em determinados momentos, utiliza-se o conceito para designar um grupo determinado, expresso, por exemplo, pela constatação de "surdos que não pertenciam à Comunidade de Surdos e que se juntam a ela mais tarde na vida", ou o "reconhecimento de Comunidades Surdas" (e não da Comunidade Surda); em outros momentos, o conceito é utilizado em sentido genérico, tal como na afirmação de que o surdo pertence "a um grupo minoritário com direito a uma cultura própria" ou fazendo parte dela "mesmo quando não compartilhava uma língua ou uma cultura, mas que de acordo com meu ponto de vista tinha o direito de fazê-lo"; ora como sinônimo de sociedade (comunidade ouvinte ou comunidade em geral) (Moura 1996, pp. 56, 123 e 126).

Por outro lado, estabelece-se uma contradição entre a base teórica e a análise da realidade. No sentido de não se restringir a comunidade de surdos somente aos sujeitos com perdas auditivas, nela são incluídos os pais ouvintes de filhos surdos, os filhos ouvintes de pais surdos e os profissionais que com eles trabalham. Mas quando se voltam para a realidade concreta só consideram membros da comunidade de surdos os que respeitam e utilizam língua de sinais. Ora, se é fato que existem comunidades de surdos (entendidas como agrupamentos de sujeitos em busca de interesses comuns) que não se restringem aos indivíduos surdos, mas incluem os que mantêm relações sociais significativas com eles, como se pode considerar que pais e profissionais que só valorizam a língua oral não façam parte dessa comunidade?

Enfim, a maior consequência de se circunscrever o problema da integração social do indivíduo surdo no âmbito das decorrências diretas da surdez é a eliminação da possibilidade de sua análise dentro da perspectiva crítica que compreende a sociedade moderna como uma sociedade contraditória e conflituosa. O fato de ter se aceitado e, inclusive, estimulado a existência de uma "comunidade surda" pode ser interpretado somente na perspectiva da democratização das relações sociais? Ou, ao contrário, pode significar muito mais uma forma de separar o diferente?

A meu ver, a forma como se tem trabalhado a questão em que não são levadas em consideração as formas conflituosas, contraditórias e exploratórias pelas quais a moderna sociedade industrial se constituiu, não em relação aos *sujeitos ouvintes versus sujeitos surdos*, mas envolvendo dominação de classe, de raça e de gênero redonda em uma visão abstrata da problemática social da surdez e aponta para uma saída idealista: a solução é a criação de comunidades surdas, independentemente das formas como a sociedade em geral se organiza.

Isto é, se o oralismo, tal qual foi sendo construído historicamente, constituiu-se numa forma opressiva de uma

maioria sobre uma minoria, o sinal, visto como redenção do surdo numa sociedade extremamente injusta, está sendo utilizado como uma outra forma de subjugação, na medida em que encobre outros determinantes fundamentais além da surdez, que jogam peso decisivo na formação de suas identidades e na trajetória de sua autonomia individual.

A perspectiva histórica da surdez

Os trabalhos que procuram analisar a história da educação dos surdos como o processo de dominação de uma cultura majoritária, a "cultura ouvinte" sobre um grupo minoritário, membros da "cultura surda", possuem uma tese fundamental: o problema da surdez reside na imposição de uma língua (a dos ouvintes) para uma comunidade que não tem possibilidade de acesso a ela (Lane 1989 Higgins 1990, Skliar 1996, *apud* Moura 1996).

A primeira consideração a ser feita é de que a recuperação histórica realizada por esses autores procura explicar o presente pela trajetória passada. Em outros termos, o que justifica o fato de que o surdo não tivesse um lugar ao sol é a imposição feita pelos ouvintes para a incorporação de uma língua que não era sua.

Por outro lado, para esses mesmos autores, a sucessão dos fatos históricos é uma constante progressão, do menos adequado ao cada vez mais adequado, ou seja, desde a imposição da língua oral e de sua progressiva e adequada substituição pelo sinal.

Essa concepção "*presentista e progressivista*" produz uma história justificadora da realidade atual, uma vez que coloca o presente como conseqüência inexorável do suceder dos fatos históricos. Assim é que essa visão parte do princípio de que, tendo em vista a desvalorização que se deu no suceder da história sobre a importância do sinal, só poderíamos desembocar na situação atual, em que apenas alguns conseguem enxergar toda sua riqueza e propriedade com relação à "comunidade surda".

Estranhamente, durante toda a história da moderna educação do surdo, a partir de Ponce de Leon, no século XVI, a disputa do oralismo e do gestualismo esteve presente. Isto é, muitos dos educadores de surdos foram ferrenhos defensores do sinal e conseguiram impô-lo de forma generalizada, quer seja no Instituto de Paris, durante a maior parte do século XIX, quer seja entre os americanos, tal como nos relata E. Gallaudet. Ora, se L'Epée, Gallaudet e tantos outros educadores influentes conseguiram impor o sinal como forma básica de comunicação do surdo, como afirmar que foi o oralismo o grande entrave para a autonomização do surdo? Se em institutos e países diversos, o sinal esteve presente, por que os surdos que foram educados através dele não se constituíram numa verdadeira comunidade?

Por outro lado, a visão "presentista" leva-nos a encarar o passado com base nas perspectivas e necessidades do presente. Assim, a visão de Aristóteles ou de Ponce de Leon sobre a linguagem oral parece acarretar uma visão de surdez e não o inverso, isto é, de que as condições socioestruturais dessas sociedades acarretavam uma visão de linguagem e, conseqüentemente, de surdez.

Isto é, dadas as condições socioestruturais da Grécia antiga, a visão de incapacidade da falta de linguagem e da irreversibilidade dessa condição no indivíduo surdo poderia ter sido diferente? Por outro lado, tendo em vista, por exemplo, que o que predominava no início da Renascença era uma sociedade fundamentada basicamente na oralidade, como esperar que estudiosos e educadores de surdos (no caso, Ponce de Leon) pudessem ter uma concepção de linguagem diferente daquela que se constituía hegemonicamente naquele período histórico?

Nesse sentido, Bloch (1992 p. 41) nos ensina que o "historiador, que procura compreendê-los e fazer que se os compreenda [os homens de outros tempos], deverá, antes de mais nada, voltar a situá-los em seu meio, banhados pela atmosfera mental de seu tempo, de cara aos problemas de consciência que não são exatamente os nossos".³

Essa história justificadora das condições presentes acaba por sofrer de um grande mal: a falta de objetividade.

Se na história da educação de surdos, desde Ponce de Leon, existiram educadores influentes como L'Epée e Gallaudet — que defenderam e difundiram o sinal — quais as evidências históricas sobre os resultados por eles alcançados, na medida em que se afirma que "discípulos de L'Epée e de seus sucessores fundaram centenas de outras escolas, em moldes semelhantes, em todo o mundo" (Moura 1996, p. 42)

Outro exemplo da falta de objetividade se expressa no fato de se considerar as intervenções médicas de Itard com relação à surdez (o uso de sanguessugas, de cateteres e de cirurgias cranianas) como catastróficas, desconsiderando-se que essas práticas eram as comumente utilizadas pela medicina do início do século XIX, em diferentes quadros patológicos. Como então esperar que um médico formado dentro dessa concepção pudesse utilizar outras formas de intervenção? Transformar uma das grandes figuras da medicina e da educação dos surdos (mesmo que se tenha posição contrária à defendida por ele) num algoz é, no mínimo, temerário.

Da mesma forma, "congressos oralistas" são tratados como "Congressos sobre Surdos" como o de Paris, em 1878, "um segundo encontro oralista, maior que o de Paris e realizado em Lyon em 1879" e o "Congresso de Milão". Os congressos defensores do sinal são chamados de "Congressos Internacionais do Surdo" (Moura 1996).

Mesmo que esses senhores não reconheçam a abrangência dos primeiros, é dever de ofício do historiador reportar-se aos dados tais como foram criados e aí, se for o caso, estabelecer a crítica. Os anais do Congresso de Milão, publicados por W.H. Allen, em Londres (1880), dizem respeito ao "International Congress of Education of the Deaf" e não a um trivial Congresso sobre Surdos. Quais as evidências de que estes últimos não se constituíram em encontros de porte internacional e por isso mereceriam esse tratamento depreciativo? No meu entender, nada, a não ser o fato de defenderem a linguagem oral, o que não justifica sua redução a um "mero congresso".

É interessante verificar como um mesmo argumento pode qualificar um personagem e desqualificar o outro. Thomas Gallaudet é louvado por ser defensor do sinal, embora tenha se interessado pela surdez porque conheceu a filha de um vizinho. Isto é, antes disso, ele não tinha qualquer conhecimento sobre a surdez, mas esse fato não o desqualifica como um defensor dos surdos. Entretanto, desqualifica Horace Mann, quando se considera que "ele não podia avaliar a qualidade de sua linguagem, não havia visto antes nenhum surdo..." (Moura 1996, pp. 53 e 57).

Em suma, a história assim produzida é a dos "carrascos", personificados pelos "oralistas", e dos "defensores dos oprimidos", os gestualistas. Para os primeiros ficam as qualificações, ou melhor, desqualificações: de defensor os direitos dos filhos da nobreza (Ponce de Leon), de falta de originalidade (Bonet), de não trabalhar com os completamente surdos (Pereira), de copiador de idéias (Amman), de ocultador do método (Braidwood), de criador da concepção de surdez como doença (Itard), de não entender nada de surdez (Ordinaire), de comparar surdos a criminosos (Howe), de pior inimigo dos surdos e de salvar os ouvintes da convivência indesejável com grupos de surdos (Bell); para os segundos, as qualificações: de colocar os surdos na categoria de humanos (L'Epée), de brilhante professor (Clerk), de grandes iniciativas (E. Gallaudet).

É interessante verificar, entretanto, que, dos nomes citados como defensores da "comunidade dos surdos", raros são aqueles que eram surdos: entre L'Epée, Gallaudet pai, Gallaudet filho, Clerk, Sicard, Massieu, Wallis, Weld, Watson (Londres), Vaïsse, Moritz Hill (Alemanha), apenas dois eram surdos (Clerk e Massieu). Isto é, os defensores dos sinais, arautos da autonomia e do respeito à comunidade surda, conseguiram produzir dois indivíduos de destaque em 200 anos (Moura 1996).

Essa posição intransigente e ideológica, na verdade, retira do estudo da história aquilo que seria o mais significativo: a análise dos conflitos e das contradições das ações e representações dos sujeitos históricos que refletem, por um lado, os determinantes sociais macroestruturais e, por outro, os próprios caminhos e descaminhos dos sujeitos e das instituições que contribuem para a reprodução (ou não) dessas mesmas contradições e conflitos. Essas abordagens, por terem como objetivo voltar à história para justificar o uso da língua de sinais, transformam os personagens da história em vilões, de um lado, e defensores dos oprimidos, do outro, sem conseguir, entretanto, apresentar evidências históricas que pudessem comprovar essa divisão:

(...) a história, permitindo freqüentemente que o quadro de honra se adiante ao caderno de experiências, assumiu gratuitamente o ar da mais incerta das disciplinas; às vãs acusações sucedem-se outras tantas vãs reabilitações. Robespierristas, anti-robepierristas! Pedimos, por piedade, que nos digam simplesmente quem foi Robespierre. (Bloch 1992, p. 109-110). [4](#)

Uma outra questão a ser apontada é a de que essas obras analisam a história como produto de pessoas notáveis (para o bem e para o mal) desvinculadas de suas relações pessoais, institucionais e sociais. Assim, a história é produto da ação desses senhores, uns por motivações intrinsecamente meritórias (os defensores do sinal) e os outros, por motivações preconceituosas e prejudiciais ao surdo (os defensores do oralismo). As poucas tentativas de contextualização sociocultural não conseguem explicar o fundamental: por que os oralistas não conseguiram fazer com que os surdos se apropriassem dessa linguagem e por que os gestualistas não conseguiram fazer com que os surdos se constituíssem numa comunidade forte e autônoma.

Dessa forma, com a intenção de desmistificar uma história mal contada e parcial (efetivamente feita pelos defensores do oralismo), esses autores ficam num beco sem saída por não explicitar a segunda parte de uma pergunta evidente: quais os resultados em relação à autonomia do surdo alcançados por interferência dos defensores do sinal? O próprio Gallaudet College só admitiu a possibilidade de ter um diretor surdo depois da revolta de 1988, tão bem relatada por Sachs (1990). Isto é, se os defensores do sinal são identificados com aqueles que têm por fundamento básico o respeito ao indivíduo surdo e à "comunidade surda", por que a nomeação de um professor surdo como seu diretor só foi efetuada através de um movimento revoltoso dos alunos surdos contra os "defensores de seus direitos"?

A relação surdez-normalidade

Boa parte da literatura que procura defender a concepção da existência de uma comunidade surda coloca-se em contraposição, às vezes explícita e às vezes implícita, da surdez considerada como deficiência.

É o caso, por exemplo, da crítica de Moura (1996, p. 150) com relação à inclusão da surdez na "categoria dos excepcionais, com problemas relacionados à surdez, patologizando-a e dando-lhe o caráter de doença a ser

tratada", ou da sua afirmativa da "necessidade de poder destacar o Surdo da representação de um sujeito deficiente" (*idem*, p. 234).

Entretanto, a mesma autora, ao final de sua Conclusão, afirma taxativamente: "Considero que não existe possibilidade de considerar o Surdo como normal. Ele não o é (...)", para, mais adiante, enfeixar o que entende por "não-normal": "Os Surdos pertencem a um grupo minoritário que sofre uma restrição que precisa ser compreendida na sua plenitude" (Moura 1996, pp. 238-239).

Há aqui uma imprecisão conceitual que merece nosso cuidado. Ele não deve ser considerado como excepcional, nem como patológico. Mas não se pode considerá-lo como normal, já que ele sofre uma restrição. Nesse sentido, assim como outros indivíduos pertencentes a diferentes minorias (negros, gays etc.), o surdo deve ser encarado como membro de uma comunidade que sofre restrição daqueles que não o são.

Cabe aqui, porém, uma pergunta básica: *afinal de contas, a surdez é ou não uma deficiência?*

Todas as evidências científicas, sociais e culturais indicam que é. E mais, devemos envidar todos os esforços para evitá-la. A vacina contra a rubéola materna deve ser implementada porque previne um dos fatores que podem ocasionar surdez em recém-nascidos. Isto é, previne um *mal*. Considerar o surdo como um grupo minoritário pode ser importante do ponto de vista das diferenças culturais, mas confundir-lo com outros grupos minoritários é, a meu ver, esconder uma distinção entre o patológico e a mera diferença.

Em outras palavras, qualquer iniciativa de intervenção para homogeneizar diferenças, como, por exemplo, o embranquecimento das populações negras, ou a eliminação de características como a homossexualidade ou os olhos "puxados" das etnias orientais, no meu modo de entender, devem ser combatidas, pois representam uma visão "arianis" incompatível com as diferenças e com a construção da democracia. Isto, entretanto, não se estende a outros casos, como os patológicos, porque se houver possibilidade de evitar o seu advento, isto é, se houver formas de prevenir sua incidência ou de se solucionar este *mal*, isso deve ser feito.

Essa distinção entre a diferença e a doença/deficiência não pode ser considerada, por nós estudiosos, como meramente retórica, pois é conceitual, portanto, teórica, e quanto mais solidamente enfrentada, mais nos oferece possibilidades de densidade em nossas análises (que, redundantemente, queiramos ou não, são teóricas).

Em síntese, a perda auditiva existe. Não é meramente uma invenção dos ouvintes em relação aos surdos. Se ela passar a ser considerada como uma mera diferença, qualquer ação contra sua incidência deverá ser combatida, se quisermos manter uma postura coerentemente democrática. Se, de alguma forma, concordarmos com formas para sua prevenção ou erradicação, apesar de qualquer discurso, ela será considerada como *mal* a ser evitado.

O problema com relação à surdez, assim como para as deficiências em geral, é que, como ela não afeta diretamente as possibilidades de sobrevivência e, em grande parte dos casos, até o momento atual, não é passível de reversão, há que se encontrar formas democráticas de conviver com os surdos. Assim, parece-me acertado procurar distinguir a surdez da doença, mas não se pode deixar de considerá-la como uma *condição intrinsecamente adversa* (diferentemente da negritude ou do homossexualismo).

Considerações finais

O nó da questão da integração social do indivíduo surdo, envolvendo a existência de grupos de surdos e sua convivência com os ouvintes, pode ser assim colocado: apesar de ser uma *condição intrinsecamente adversa*, a surdez e os surdos não podem ser tratados meramente como doentes, pois não o são. Essa visão só poderá ser modificada se ultrapassarmos as decorrências diretas da perda auditiva e analisarmos de forma mais abrangente as conseqüências geradas por ela, aliadas às conseqüências construídas e produzidas pelas relações sociais.

Caberia, então, perguntar: defender a existência de comunidades surdas, considerando a língua de sinais como sua primeira língua em contraposição a uma língua imposta pela "sociedade ouvinte", é contribuir para a superação de sua condição socialmente adversa?

Por outro lado, desconsiderar o fato de que existem agrupamentos de surdos que se utilizam de formas de representação diferentes daquelas utilizadas pelos ouvintes, e exigir deles a mesma produtividade em relação à linguagem oral dos que ouvem, é a resposta?

Do meu ponto de vista, nenhuma das duas perguntas pode guiar nossa trajetória porque, independentemente de nossas intenções, elas continuam a restringir o indivíduo às manifestações intrínsecas da surdez.

Somente no momento em que nos debruçarmos sobre o fenômeno social da *deficiência auditiva*, levando em consideração as restrições efetivamente impostas por uma *condição intrinsecamente adversa* (a surdez), aliada às condições sociais das minorias culturais, determinadas por diferenças de classe, raça e gênero, estaremos avançando no sentido de contribuir efetivamente para o acesso à cidadania, acesso esse historicamente negado, quer pelos defensores do oralismo, quer pelos defensores da língua de sinais, na medida em que nenhum deles

conseguiu, efetivamente, se desvincular das manifestações específicas geradas pela surdez.

Notas

1. Este trabalho teve como origem a argüição por mim realizada à Tese de Doutorado de Maria Cecília de Moura, realizada em outubro de 1996, na PUC-SP, razão pela qual autora é insistentemente citada. Embora apresente uma série de críticas a suas abordagens, considero o seu trabalho como um marco nos estudos sobre a polêmica oralistas x gestualistas, na medida em que se dispôs a analisá-la ultrapassando o mero enfoque técnico que tem se constituído na forma hegemônica de encaminhamento desse debate pelos especialistas da área. Foi exatamente a partir do patamar de análise alcançado pela autora, que se diferencia substantivamente de análises reducionistas, que pude construir as reflexões que se seguem. A ela o meu agradecimento por ter fornecido, através de estudo sério e minucioso, elementos fundamentais para que eu pudesse escrever o presente artigo.

2. Para maiores detalhes sobre a polêmica oralismo x gestualismo, no século passado, veja-se J.B. Quirós e F.S. Gueler, *La comunicación humana y su patología* (1966) e Maria Aparecida Leite Soares, *O oralismo como método pedagógico: contribuição ao estudo da história da educação do surdo no Brasil* (1996).

3. (...) *el historiador que trata de comprenderlos y de hacer que se les comprenda deberá, ante todo, volver a situar en su medio, bañados por la atmósfera mental de su tiempo, de cara a problemas de conciencia que non son exactamente los nuestros*". (T. do A.)

4. (...) *la historia, permitiendo con demasiada frecuencia que el cuadro de honor aventaje al cuaderno de experiencias, se ha dado vanamente el aire de ser la más incerta de las disciplinas: a vacías acusaciones suceden otras tantas vanas rehabilitaciones. Robespierristas, antirrobespierristas! os pedimos, por piedad, que nos digáis sencillamente cómo fué Robespierre!* (T. do A.)

Deafness, language and culture

ABSTRACT: This paper analyses critically the relationship between the deafness, language and culture, from three basic theoretical references: history, the multiculturalist approach and the relationship between normality and pathology, to discuss the social integration of the deaf. In this sense, it searches to overcome the dicotomic and a-historic vision that who centers the analysis on the the social environment distinction between the "hearing society" and the "deaf community".

Bibliografia

- BLOCH, Marc. *Introducción a la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1992. [[Links](#)]
- BUENO, José Geraldo Silveira. *Educação especial brasileira: Integração/segregação do aluno diferente*. São Paulo: Educ/PUC, 1993. [[Links](#)]
- CANEVACCI, Massimo (org.). *Dialética da família*. São Paulo: Brasiliense, 1981. [[Links](#)]
- GÓES, Maria Cecília Rafael de. *Linguagem, surdez e educação*. Campinas: Autores Associados, 1996. [[Links](#)]
- INTERNATIONAL CONGRESS OF EDUCATION OF THE DEAF. *Report*. Londres: W.H. Allen, 1880. [[Links](#)]
- MOURA, Maria Cecília de. "O surdo: Caminhos para uma nova identidade". São Paulo: PUC, tese de doutorado, 1996. [[Links](#)]
- PEREIRA, Luiz. *A escola numa área metropolitana*. São Paulo: Pioneira, 1976. [[Links](#)]
- POPKEWITZ, Thomas S. *Sociología política de las reformas educativas*. La Coruña/Madri: Fundación Paideia/Morata, 1994. [[Links](#)]
- QUIRÓS, J.B. e GUELER, F.S. *La comunicación humana y su patología*. Buenos Aires: Centro Médico de Investigaciones Foniátricas y Audiológicas, 1966. [[Links](#)]
- SACHS, Oliver. *Vendo vozes*. Rio de Janeiro: Imago, 1990. [[Links](#)]
- SCHAFF, Adam. *História e verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1986. [[Links](#)]

SOARES, Maria Aparecida Leite. "O oralismo como método pedagógico: Contribuição ao estudo da história da educação do surdo no Brasil". Campinas: Unicamp, tese de doutoramento, 1996. [[Links](#)]

STENGERS, Isabelle. *Quem tem medo da ciência? Ciências e poderes*. São Paulo: Siciliano, 1990. [[Links](#)]

* [Puc/SP](#) - PPG História e Filosofia da Educação.



Todo o conteúdo deste periódico, exceto onde está identificado, está licenciado sob uma [Licença Creative Commons](#)

Caixa Postal 6022 - Unicamp
13084-971 Campinas SP - Brazil
Tel. / Fax: (55 19) 3289 - 1598 / 7539



cedeseditoria@zeppelini.com.br